

Para ler Adam Smith: novas abordagens

Hugo E. A. da Gama Cerqueira^φ

Resumo: Uma compreensão renovada do pensamento de Adam Smith emergiu ao longo dos últimos anos. Ela é resultado do esforço de intérpretes que optaram por enfatizar a dimensão política e ética de sua obra, contextualizando-a em relação aos problemas e motivações intelectuais do século XVIII. Este artigo apresenta a trajetória histórica da recepção da obra de Adam Smith e discute as interpretações mais recentes sobre a relação entre sua filosofia moral e sua economia política.

Palavras-chave: Adam Smith; economia política; filosofia moral; Amartya Sen.

Abstract: A new comprehension of Adam Smith's writings arose in the last years. These studies emphasized the political and ethical dimensions of his work and its connection with the eighteenth-century context. This article reviews the historical reception of Smith's works and discusses the recent literature about the relation between his moral philosophy and political economy.

Key words: Adam Smith; political economy; moral philosophy; Amartya Sen.

Área da ANPEC: 1 - Metodologia, História e Economia Política

Classificação JEL: B12; B31

^φ Do Cedeplar - Universidade Federal de Minas Gerais (E-mail: hugo@cedeplar.ufmg.br).

Para ler Adam Smith: novas abordagens ¹

Introdução

Há cerca de dois séculos, Adam Smith goza da reputação bem difundida de ser o fundador da ciência econômica. As transformações metodológicas e conceituais que marcaram a evolução da teoria econômica ao longo deste período não foram suficientes para retirar o estatuto canônico da *Riqueza das nações*, que segue sendo apontada como modelo original e fonte de inspiração de sucessivas gerações de economistas das mais distintas orientações (Tribe, 1999: 609).

Por outro lado, o nome de Adam Smith não está associado apenas à imagem do fundador da ciência econômica, mas também a um modo específico de conceber essa disciplina, isto é, como uma teoria voltada para explicar a maneira pela qual a busca irrefreada dos interesses pessoais conduziria, através dos mecanismos de mercado, aos melhores resultados possíveis em termos de bem-estar para os indivíduos que compõem uma dada sociedade. Desse modo, a *Riqueza das nações* é geralmente considerada a afirmação clássica das virtudes do *laissez-faire* (Griswold Jr., 1999: 8-9; Brown, 1997).

Estudos mais recentes sobre a obra de Smith têm contribuído para perceber o que há de caricatural nessa imagem. Deixando em segundo plano as análises econômicas para enfocarem a dimensão política e ética de seu pensamento, ao mesmo tempo em que se preocupavam em localizá-lo em relação aos problemas e motivações intelectuais do século XVIII, tais pesquisas trouxeram à luz um quadro totalmente diverso, mais matizado e complexo, no qual

“...Smith is more sceptical, philosophical, and politically focused, and the enthusiasm with which he welcomes the transition to a society based on trade and manufactures is tinged with a more dispassionate recognition of the losses as well as the benefits deriving from commercial society.” (Brown, 1994: 1).

Este artigo procura apresentar e discutir os aspectos mais expressivos deste movimento de releitura da obra de Smith. O argumento do texto se desenvolve em quatro movimentos. A próxima seção recupera, em linhas gerais, a trajetória da recepção da obra de Smith ao longo dos mais de dois séculos que nos separam de seu surgimento. As seções seguintes voltam-se para a caracterização das principais abordagens metodológicas que presidiram estes esforços de leitura e, mais à frente, para uma análise das interpretações contemporâneas sobre a relação entre sua filosofia moral e sua economia política. Finalmente, o texto aponta alguns desdobramentos que as novas leituras sugerem: de um lado, quanto à compreensão do lugar ocupado por Smith na história das idéias; de outro, quanto à necessidade de retomar os laços que, em seu tempo, mantinham ligadas as disciplinas da Ética e da Economia.

¹ Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Leituras de Smith

A história da recepção do pensamento de Smith pode ser representada como uma sucessão de períodos em que se alternam momentos de maior e de menor prestígio e, sobretudo, em que se modificam e se acrescentam as perspectivas a partir das quais sua contribuição foi apreciada.

Sua reputação como pensador antecede ao período em que ele foi entronizado como o fundador da economia política e um dos pioneiros do liberalismo econômico. Data, pelo menos, de 1759, quando publicou sua *Teoria dos sentimentos morais*. Receando que o livro tivesse o mesmo destino que sua obra de estréia, Hume encarregou-se de promovê-lo entre membros influentes dos círculos de literários e políticos.² Posteriormente, quando seus piores temores já pareciam ter se dissipado, Hume redigiu uma longa e divertida carta em que comunicava sua iniciativa a Smith e o avisava em tom jocoso de que “your Book has been very unfortunate: for the Public seem disposed to applaud it extremely. It was looked for by the foolish People with some Impatience; and the Mob of Literati are beginning already to be very loud in its Praises.” (Hume *apud* Smith, 1987: 35). De fato, o livro foi reeditado cinco vezes até 1790, ano da morte de Smith, e outras vinte vezes até 1825, tendo recebido no mesmo período de três diferentes versões para o francês e duas traduções para o alemão.³ Mais que o relativo sucesso editorial, as evidências disponíveis indicam que ele foi lido e refletido por um amplo conjunto de filósofos daquela época, começando, naturalmente, pelo próprio Hume e pelos iluministas escoceses, estendendo-se aos autores do Continente como D’Holbach, Condorcet, Herder e Kant (Reeder, 1997; Raphael e Macfie, 1982).

O prestígio de Smith nos meios intelectuais e políticos ampliou-se, mais tarde, com a publicação da *Riqueza das nações*. A extensão do livro e sua estrutura nem sempre muito clara, entremeando a exposição do sistema teórico com longas digressões sobre a história e as práticas de diferentes sociedades, voltaram a causar temor entre seus amigos e admiradores quanto à fortuna que alcançaria entre o público letrado. Contrariando as expectativas pessimistas, a primeira edição, lançada em 1776, foi integralmente vendida em apenas seis meses. O livro alcançaria a quinta edição ainda antes de 1790, tendo sido traduzido neste intervalo para o francês, o alemão, o italiano e o dinamarquês.

Smith, entretanto, nunca se importou em promover sua obra, em arregimentar discípulos ou em popularizar suas idéias. De certa maneira, isto ajuda a entender o porquê de – mesmo tendo se tornado uma importante fonte de informações para os parlamentares britânicos envolvidos na discussão de questões econômicas – os princípios expostos na *Riqueza das nações* não terem sido citados como argumento por qualquer das partes envolvidas nos confrontos políticos mais inflamados daquele

² Amigo dileto e uma espécie de conselheiro de Smith, Hume é também o provável autor de uma resenha (na verdade, um longo resumo combinado a algumas observações críticas) sobre a *Teoria dos sentimentos morais* que foi publicada anonimamente na *Critical review* um mês depois do lançamento do livro (Cf. Raynor, 1984).

³ Registre-se *en passant* que a primeira versão integral para o português só foi publicada 250 anos depois do lançamento da edição original, em tradução feita por Lya Luft e revista por Eunice Ostrensky, e que foi publicada pela editora Martins Fontes.

período. Este quadro só se alteraria na última década do século XVIII, após a morte do pensador escocês, num período de intensa agitação política e em meio aos debates sobre a Revolução Francesa, quando a autoridade da *Riqueza das nações* foi invocada pelos que defendiam a supressão do “antigo regime” na França e, também, na Inglaterra. Nesta última, autores como Joseph Priestley e Thomas Paine tomaram as doutrinas sobre a liberdade econômica como parte de um argumento mais amplo por reformas políticas e sociais que abolissem as restrições à liberdade e os privilégios da nobreza e do clero. Mais tarde, quando a reação política na Inglaterra conteve as vozes mais radicais deste movimento, o temor provocado pela suspeita de associação ao jacobinismo levou os intérpretes mais moderados de Smith a enfatizarem a ausência de vínculos entre o seu argumento econômico liberal e qualquer ideal de reforma constitucional (Teichgraeber, 2000).

Em certa medida, este último movimento contribuiu para que, a partir do século XIX, uma apropriação mais seletiva da obra de Smith tivesse início. De um lado, as proposições da *Riqueza das nações* passaram a comandar um amplo assentimento entre os estudiosos que constituíram a economia política na primeira metade daquele século e tanto Malthus quanto, posteriormente, Ricardo a tomaram explicitamente como um ponto de partida para suas próprias elaborações teóricas. De outro lado, este assentimento não significou uma adesão acrítica ou *in totum* àquele conjunto de proposições. Os autores deste período compreendiam sua tarefa como uma tentativa de aprofundar o tratamento dispensado por Smith às questões econômicas, mas corrigindo os aspectos que lhes pareciam deficientes, sobretudo com relação às teorias do valor e da distribuição (Teichgraeber, 2000; Black, 1976).

Um exemplo significativo desta abordagem é a maneira como Ricardo explica sua atitude no prefácio aos *Princípios*:

“Para combater opiniões aceitas, o autor julgou necessário assinalar mais particularmente aquelas passagens das obras de Adam Smith com as quais não está de acordo. Mas espera que não se pense, por esse motivo, que ele não participe, juntamente com todos aqueles que reconhecem a importância da Economia Política, da admiração que, com justiça desperta a profunda obra desse celebrado autor.” (Ricardo, 1982: 40).⁴

Desta maneira, as diferenças entre o enfoque dos autores como Malthus e Ricardo e a abordagem de Smith – o acento caracteristicamente analítico e o escopo mais restrito dos trabalhos dos autores do século XIX contrastando com a abordagem mais filosófica e o amplo leque de temas abordados na obra do pensador setecentista –

⁴ Outro exemplo pode ser encontrado no discurso preliminar ao *Tratado* de Say: “Após haver mostrado, tanto quanto possível num esboço tão rápido, os progressos que a Economia Política deve a Smith, será talvez útil indicar, de maneira igualmente sumária, alguns dos pontos em que ele parece ter-se enganado ou que deixou por esclarecer” (Say, 1983: 54). Stuart Mill, por sua vez, constatando a popularidade e a influência da obra de Smith entre os legisladores e o público em geral, características que a tornavam uma obra única em seu gênero, atribuiu este sucesso a sua capacidade de combinar princípios econômicos com as premissas de outros ramos da filosofia social para explicar questões práticas, algo que, para ele, faltaria às obras posteriores. Ao mesmo tempo em que a tomava como um modelo para a elaboração de seus *Princípios*, Mill não hesitaria em afirmar que a “*Riqueza das nações* está obsoleta em muitas partes e imperfeita no conjunto” (Mill, 1983: 22).

foram acomodadas ou ignoradas. Teve início o processo de transformação da obra de Smith numa espécie de pedra fundamental de uma nova tradição teórica, a economia política clássica, o que representou simultaneamente sua neutralização teórica, isto é, sua transformação em uma espécie de relíquia histórica a ser conservada e reverenciada, mas já incapaz de alimentar soluções para as novas controvérsias no interior daquela tradição (Teichgraeber, 2000; Black, 1976).⁵

No círculo mais amplo dos homens públicos, a doutrina liberal de Smith também encontrou seus admiradores. Seus princípios foram gradualmente difundidos e implementados, de tal modo que, na segunda metade do século XIX, o livre comércio foi aclamado como a mais importante consequência prática de sua obra. Entre estes admiradores, a adoção do *laissez-faire* era entendida como o resultado de um consenso sobre os princípios básicos da economia política. Julgava-se que os temas que ainda suscitavam alguma controvérsia teórica estariam limitados a aspectos secundários da doutrina e que haveria pouco a ser acrescentado aos princípios enunciados por Smith e ampliados e desenvolvidos por Ricardo e seus seguidores.

Este consenso encontrou seus adversários numa nova geração de economistas, homens como Cliffe Leslie e Stanley Jevons que, escrevendo no mesmo período mas a partir de pontos de vista opostos, lutaram para se desvencilhar do peso da autoridade dos economistas clássicos. Se não é este o lugar apropriado para analisar as controvérsias entre os adeptos da escola histórica e os defensores do marginalismo na teoria econômica, importa notar que a tentativa de fundar uma nova abordagem teórica deveria corresponder em alguma medida ao abandono do sistema proposto por Smith. Ainda que a crítica dos novos economistas procurasse destacar aspectos do sistema smithiano que o diferenciasses do “consenso ricardiano” que rejeitavam, este movimento faria com que se passasse a considerar o legado de Smith não mais como o fundamento da teoria econômica, mas como parte do passado da disciplina (Black, 1976: 53-56).

As décadas seguintes assistiram à ascensão do paradigma neoclássico que, em sua vertente marshalliana, alcançaria uma ampla hegemonia teórica na Inglaterra.⁶ Em 1926, ano do sesquicentenário da *Riqueza das nações*, uma nova apreciação do legado smithiano transpareceu nos discursos e nos textos comemorativos, refletindo uma profunda mudança do ponto de vista a partir do qual foram formuladas as novas leituras.

Aspectos centrais da abordagem de Smith como sua teoria do valor e da distribuição foram encarados como tópicos a serem esquecidos ou silenciados. Simultaneamente, cresceram as suspeitas sobre as consequências negativas de um longo período de predominância de políticas econômicas inspiradas nos preceitos do *laissez-faire*, suspeitas que se confirmariam tragicamente a partir da crise de 1929 e dos eventos da década seguinte (Black, 1976: 58-60). Este contexto dramático somou-se à visão

⁵ Os *Princípios* de McCulloch foram a primeira tentativa bem sucedida de popularizar a idéia de que a economia política constituía uma tradição intelectual distinta e definida fundada por Adam Smith (Teichgraeber, 2000: 92). Entre os economistas contemporâneos esta visão é tão amplamente compartilhada que é quase impossível não se deparar com reiteradas afirmações de que “*Smith’s huge achievement was to provide the foundation for the whole of Classical economics*” (O’Brien, 1984: 377).

⁶ Sobre os elementos que permitem caracterizar a economia política clássica e unificar o ponto de vista destes autores *vis-à-vis* a abordagem neoclássica, ver Myint (1946), entre outros.

estereotipada de Smith como um defensor intransigente da não ingerência do Estado na condução dos negócios, visão herdada do século anterior e amplamente majoritária, apesar da presença de algumas poucas vozes dissonantes. Desta soma de elementos resultou um declínio acentuado no prestígio de Smith, a tal ponto que, no início dos anos 1950, os economistas chegariam até mesmo a considerá-lo um autor “fora de moda”:⁷

“At a time when the more advanced countries are run by a vast body of local and central administrators, when national economies are protected by elaborate systems of tariffs, quotas, subsidies, and exchange controls, the student of economics knowingly smiles at the very mention of the name of Adam Smith. (...) Today we know better...” (Moos, 1984, 39).

As comemorações do bicentenário da primeira edição da *Riqueza das nações*, em 1976, marcaram, porém, um novo ponto de inflexão na recepção da obra de Smith. Em meio às celebrações daquele ano e ao lançamento de um número expressivo de novos livros, artigos, simpósios e até filmes, não tardou a surgir quem profetizasse o início de um “renascimento” smithiano.⁸

Entre as características salientes desta nova onda de trabalhos, Recktenwald (1984) e Coats (1984) já apontavam o esforço dos intérpretes no sentido de tratar as diferentes partes da obra de Smith de maneira abrangente, tomando seus textos como partes de um todo integrado. A existência de uma conexão entre os argumentos da *Teoria dos sentimentos morais* e da *Riqueza das nações* foi reconhecida pela maioria dos novos intérpretes, o que significou repor em novas bases a velha discussão, travada desde o século XIX, sobre o assim chamado *Das Adam Smith Problem* - ou seja, sobre a possibilidade de compatibilizar ou não os princípios expostos naqueles dois livros.⁹

Se esta inflexão decorre de razões e estímulos variados, é importante notar que as condições para que a retomada do debate sobre a relação entre os argumentos econômicos e morais de Smith pudesse se dar em novas bases foram gradualmente criadas ao longo do último século, com a descoberta de textos que eram desconhecidos para os intérpretes do passado.¹⁰ Deste modo, as novas tentativas de reconstituir o sentido da obra de Smith puderam contar com uma vantagem considerável, ampliada pelo o fato de, a partir dos anos oitenta, passarmos a dispor de uma edição crítica reunindo todos os seus escritos conhecidos, a *Glasgow edition of the works and*

⁷ Referimo-nos ao título do artigo de Moss (1984): “*Is Adam Smith out of date?*”

⁸ Um levantamento da produção acadêmica no período seguinte corrobora plenamente esta premonição. Nos anos 1970, os periódicos internacionais de economia publicaram uma média anual de 6 artigos sobre a obra de Smith; nos anos 1980, esta média passou para 10 artigos ao ano, saltando para 18, na década seguinte. O crescimento do número de artigos sobre Smith foi 33% superior ao do total de artigos publicados pelos mesmos periódicos (Whigt, 2002).

⁹ Para um apresentação crítica da literatura relativa ao *Das Adam Smith Problem*, ver Raphael e Macfie (1982: 20-5) e Heilbroner (1982). O debate contemporâneo sobre a relação entre a ética e a economia política de Smith será analisado mais adiante.

¹⁰ Além disso, os esforços de pesquisa iniciados por James Bonar (1966) e Tadao Yanaihara (1966) e, posteriormente, complementados por outros pesquisadores permitiram reconstituir a relação dos livros que compunham a biblioteca de Smith, oferecendo novas pistas para a compreensão de suas fontes.

correspondence of Adam Smith. Lançada como parte das comemorações do bicentenário, ela praticamente dobrou a extensão dos seus trabalhos disponíveis para a consulta, que agora não estão mais restritos à *Teoria dos sentimentos morais* (Smith, 1982a) e à *Riqueza das nações* (Smith, 1981), os únicos livros que publicou em vida, mas incluem também um expressivo conjunto de textos – como cartas (Smith, 1987), resenhas, rascunhos, anotações (Smith, 1982, 1982b, 1985) – que até a pouco eram desconhecidos ou negligenciados.¹¹

Como se sabe, nos últimos anos de sua vida Smith trabalhou em dois volumes de história da filosofia – o primeiro, sobre literatura, filosofia e retórica (*eloquence*), e o segundo, sobre direito e formas de governo – que não chegaram a ser completados. Seguindo suas instruções, os manuscritos destes trabalhos foram destruídos por seus testamentários literários logo após sua morte. Restaram, no entanto, as notas tomadas por alguns alunos dos cursos que ele proferiu enquanto ocupava a cátedra de filosofia moral da Universidade de Glasgow. Elas foram gradualmente descobertas e publicadas ao longo dos últimos cem anos, a começar pelas anotações de um curso sobre *justice, police, revenue and arms*, em 1896, seguidas, nos anos 50, por dois outros conjuntos de notas, desta vez de um curso sobre *rhetoric and belles-lettres* e de cursos de *jurisprudence*. Ainda neste mesmo período, houve a descoberta de outros materiais inéditos, versões preliminares de partes da *Riqueza das nações*, algumas cartas e memorandos. Todo esse material foi finalmente editado e reunido no final dos anos 1970 para compor a *Glasgow edition* (Winch, 1996:42-3; Brown, 1997). O que importa frisar para nossos fins é que a maior parte deste material teve sua origem nos cursos ministrados em Glasgow entre 1752 e 1764 e, desse modo, é razoável inferir que “*these individual writings likewise form parts of a project whose contours are as yet incompletely charted*” (Tribe, 1999: 612).¹²

Nos últimos anos, não foram poucas as tentativas de mapear esta obra, de traçar seus contornos e, sobretudo, de expor as ligações entre as diferentes partes deste projeto. Mas, antes de passar ao seu exame, é conveniente que nossa atenção se volte por um instante para as perspectivas que orientaram estes esforços de interpretação, suas distintas maneiras de visar ou focar o pensamento de Smith.

Protocolos de leitura

A exemplo do que ocorre em relação a outros pensadores do passado, os “protocolos de leitura” da obra de Smith têm oscilado entre dois extremos que podem ser denominados de diferentes maneiras: internalismo e externalismo, reconstrução

¹¹ O projeto da *Glasgow edition* previa ainda a elaboração de uma nova biografia de Smith, que só foi concluída e editada na década de 1990 (Ross, 1995).

¹² Os cursos eram compostos de quatro seções: uma de lições teologia natural (que não sobreviveram em nenhum tipo de registro), seguida por outra de ética (que foi publicada como a *Teoria dos sentimentos morais*), uma terceira sobre justiça (das quais restaram as notas reunidas hoje em dia nas *Lectures in jurisprudence*) e, finalmente, uma quarta seção que veio a se constituir na base para a redação da *Riqueza das nações* (Tribe, 1999; Campbell e Skinner, 1981).

racional e reconstrução histórica, *Whig history* e historicismo etc..¹³

Destes pares, o ponto de vista que tem prevalecido entre os historiadores do pensamento econômico corresponde ao primeiro pólo, que consiste em compreender uma obra e julgar o seu mérito com base na sua compatibilidade ou acordo com os conceitos e métodos da teoria econômica contemporânea. Esta abordagem envolve, portanto, “*treating past writers as contemporaries participating in present-day conversations where the meaning and validity of their writings is judged according to a transhistorical search for truth understood in terms of present-day academic standards...*” (Brown, 1997: 282-3).

É fácil ver que essa perspectiva não é capaz de nos levar muito longe na compreensão da originalidade e da especificidade do pensamento se Smith, pois ela já parte do pressuposto de que sabemos: *i*) o que o texto é – um texto de economia; *ii*) o que é um texto de economia – um texto que se conforma aos padrões modernos. O que escapa a este padrão é imediatamente desconsiderado e tudo o que sobra é avaliado a luz de conceitos e problemas contemporâneos, estabelecendo-se *a priori* (e de modo injustificado) uma continuidade entre os textos do passado e a maneira moderna de conceber o objeto. Finalmente, na medida em que tomamos como estabelecido o padrão conceitual e teórico moderno, os textos antigos parecem repletos de “erros” ou “incoerências”, que resultam de seu desacordo com o padrão empregado. A possibilidade de que estes “erros” reflitam apenas uma ordem ou coerência distinta da moderna é algo que sequer chega a ser considerado (Tolipan, 1990: 5-18; Tribe, 1999).

No caso de Smith, isso nos levaria a desconsiderar a maior parte de seus textos (na medida em que não são “textos de economia”) e até mesmo a fazer uma leitura seletiva e desequilibrada da *Riqueza das nações* (na medida em que há ali muito que escapa a economia ou que não se enquadra nos padrões modernos da disciplina):

“*Given that Smith’s writings are more or less all that we have to go on in seeking to understand his intentions, this limited focus of attention runs the risk of our missing the point as Smith would have conceived it. And (...) if we are to deepen our understanding of the work of Adam Smith, we need to reexamine well-worn assumptions concerning his work.*” (Tribe, 1999: 616).

Estudos que empregaram este tipo de abordagem são numerosos, podendo-se apontar como casos exemplares os trabalhos de Negishi (1989) e de Samuelson (1977, 1978). Ainda que um dos praticantes mais fervorosos desta perspectiva tenha vindo a

¹³ O termo *Whig history* deriva do título de um livro publicado em 1951 pelo historiador Herbert Butterfield. Ele identificou e criticou uma tendência dominante na historiografia inglesa, que consistia em tratar a história da Inglaterra como um movimento progressivo em direção aos ideais liberais representados pelo Partido *Wigh* (liberal). Desde então, o termo entrou em uso na literatura sobre a história do pensamento para designar de maneira pejorativa uma prática que deveria ser evitada pelos historiadores (Blaug, 2001: 151).

público para se declarar “culpado por este pecado”,¹⁴ penitenciando-se por ter adotado esta abordagem em seus próprios trabalhos, somos levados a concordar com aqueles que considerariam um otimismo injustificável esperar que “*Smith’s departed spirit will ever be entirely released from the tortures devised by ingenious mathematical economists seeking to force his subtle insights into their own sadistic conceptual apparatus.*” (Coats, 1984: 302).

O segundo pólo dos pares de protocolos de leitura mencionados acima representa uma concepção de método que, parece-nos, é mais apropriada à compreensão da obra de Smith ou dos textos históricos de modo geral. Ele parte da constatação de que o sentido de proposições e conceitos empregados no passado não é imediatamente acessível a nós. A compreensão de um texto exige que consideremos o ambiente intelectual em que brotou e as intenções de seu autor ao escrevê-lo. Nos últimos trinta anos, esse tipo de compreensão metodológica da história das idéias¹⁵ ganhou forte impulso pelo trabalho dos autores ligados à chamada “Escola de Cambridge”, entre os quais Quentin Skinner, John Pocock, John Dunn, Richard Tuck e James Tully, que se preocuparam sobretudo com os usos e contextos da linguagem.¹⁶ Como o desenvolvimento de um argumento qualquer num contexto determinado só pode se dar através da linguagem, as tentativas de compreender as intenções do autor ao desenvolver suas teses devem passar por uma reconstrução das linguagens que lhe estavam disponíveis e através das quais ele se expressava. O sentido de cada conceito deve ser buscado no seu uso, na maneira e no contexto em que ele é empregado. Assim, parte-se do pressuposto de que não podemos impor aos autores do passado nem os conceitos, nem a compreensão que temos de cada objeto.¹⁷

Tentativas de usar essa abordagem para compreensão do pensamento de Smith são ainda pouco numerosas, mas os resultados iniciais são expressivos e animadores, sugerindo sua fecundidade.¹⁸ Quaisquer que sejam os problemas envolvidos nesse tipo de metodologia,¹⁹ ela ampliou o escopo da investigação, atraindo a atenção para aspectos importantes da obra de Smith que permaneceram negligenciados pelas leituras mais convencionais, constituindo-se, a nosso juízo, na base sobre a qual as novas interpretações das relações entre ética e economia de Smith devem partir.

¹⁴ “*Although I have been guilty myself of the very sin I have just deplored, I have come to the conclusion that the only approach to the history of economic thought that respects the unique nature of the subject material, rather than just turning it into grist for the use of modern analytical techniques, is to labor at historical reconstructions, however difficult they are.*” (Blaug, 2001: 152).

¹⁵ O termo é tomado aqui em sentido intencionalmente vago e genérico, de modo a incluir tanto a história da filosofia, quanto a história do pensamento econômico ou político.

¹⁶ Ver, entre outros, os trabalhos metodológicos de Skinner - reunidos em Tully (1988) - e o balanço de Pocock (1985b).

¹⁷ Deste ponto de vista, ao tratarmos, por exemplo, do conceito de *propriedade* na obra de Locke, estaríamos incorrendo em equívoco grave se lhe atribuíssemos o sentido restrito que tem hoje (Tully, 1980). Ou ainda, ao pensar o conceito de *trabalho* em Locke ou Smith como semelhante ao nosso, estaríamos mais uma vez impondo à obra destes autores um sentido totalmente deslocado de suas intenções (Cerqueira, 2000; 2002).

¹⁸ O exemplo mais significativo é o trabalho de Winch (1996).

¹⁹ Ver, entre outras, as críticas que Brown (1994) dirige a essa abordagem, de um ponto de vista inspirado em Foucault e Derrida.

Sobre as novas leituras de Smith

Uma das características distintivas de boa parte dos novos estudos smithianos é que, ao contrário das leituras tradicionais, que insistiam em apontar uma inconsistência ou contradição entre os princípios expostos na *Teoria dos sentimentos morais* e na *Riqueza das nações*, há agora uma clara tentativa de compreender estes textos como partes de uma mesma obra. Se as oposições que se supunha existirem entre sua filosofia moral e sua economia política são, hoje em dia, atribuídas a um equívoco de interpretação, *resta em aberto o problema de estabelecer a natureza dos vínculos entre estes dois planos*.

É sem dúvida notável que não haja na *Riqueza das nações* qualquer referência à *Teoria dos sentimentos morais* e que, nesta última, a única menção à *Riqueza* seja aquela feita no *Advertisement* acrescentado à sua sexta edição. À primeira vista, isso conduziria a pensar que a economia política smithiana seria independente de sua ética, de sua filosofia do direito etc.. De outro lado, Smith nunca deu qualquer indicação de que pensasse haver alguma contradição entre estes trabalhos ou mesmo uma mudança essencial de posição filosófica ao longo de sua vida. Isso nos coloca diante da tarefa de encontrar a chave de uma leitura unificada de seus textos, ao mesmo tempo que reclama uma explicação sobre o significado do silêncio de Smith sobre essa conexão, tanto mais em se tratando de alguém que insistia na natureza sistemática do conhecimento, na necessidade de conectar os objetos do conhecimento num sistema.²⁰

Ao mesmo tempo, se a descoberta e publicação de novos textos – como as lições sobre retórica e sobre direito (ver a seção anterior) – contribuíram para aclarar a natureza e a dimensão do projeto de Smith, também tornaram maior o esforço necessário para se chegar a uma interpretação compreensiva de sua obra (Brown, 1994).

Olhando em conjunto a literatura recente sobre as relações entre a filosofia moral e a análise econômica de Smith, é possível discernir quatro grandes posições.²¹ A primeira, afirma que a obra smithiana consiste essencialmente em proposições de um economista liberal, um advogado das economias de mercado, para quem as demandas morais e políticas já estariam secundarizadas em relação à economia, na medida em que as regras de funcionamento das sociedades comerciais conteriam em si mesmas os objetivos e os limites da ordem social. Nesse sentido, a eventual percepção por Smith de alguns problemas morais decorrentes do funcionamento do capitalismo seria eclipsada pela necessidade de legitimar a nova ordem. Tal seria a leitura de boa parte das interpretações marxistas convencionais – por exemplo, Meek (1973) - ou neomarxistas, bem como de intérpretes de outras orientações, tal como Cropsey (1957) ou Minowitz (1993).

Uma segunda abordagem apresenta Smith como um “economista moral”, alguém que teria uma visão das sociedades comerciais segundo a qual o funcionamento dos mercados facilitaria a implementação de certas orientações normativas. “*There is thus a mutual concordance between self-interest engendered by commercial society and*

²⁰ Esse ponto é assunto privilegiado do ensaio sobre a *História da astronomia*. Ver, entre outros, Skinner (1996) e Whightman (1982).

²¹ Este parágrafo e os três seguintes apoiam-se extensamente no *survey* preparado por Brown (1997) e, em menor medida, no artigo de Tribe (1999).

the moral values of prudence, frugality, self-command and justice that sustain such a society” (Brown, 1997: 298). Rosenberg (1990), por exemplo, é um dos que argumentam no sentido de que para Smith as sociedades comerciais incorporariam instituições que propiciam a acumulação de um “capital moral”, ou seja, de que a busca dos interesses individuais tem que operar num contexto em que já se exige o reconhecimento de valores como a justiça, a honestidade etc.. De outro lado, Evensky (1987, 1989, 1992, 1993) procurou mostrar que o funcionamento de uma economia de mercado nos quadros de uma sociedade liberal clássica pressupõe a existência de uma comunidade ética de indivíduos.

Este mesmo autor apontou a existência de uma viragem no pensamento tardio de Smith em direção aos valores cívicos do republicanismo – perceptível pelas revisões adotadas nas últimas edições feitas em vida da *Teoria dos sentimentos morais* e da *Riqueza das nações* – o que, de certo modo, converge com a leitura de um terceiro grupo de intérpretes (Evensky, 1989, 1993).²² Estes – entre os quais se destacam Winch (1978, 1983, 1996), Haakonssen (1981, 1996) e Muller (1995) – advogam uma compreensão de Smith como um filósofo moral às voltas com os novos problemas econômicos das “sociedades comerciais” e preocupado em estabelecer uma agenda política positiva voltada não apenas para a busca da eficiência econômica, mas sobretudo para a fundamentação moral e jurídica destas sociedades.²³ Nesse sentido, sua obra teria por intenção propor a adoção de políticas que direcionassem as ações individuais com vistas ao aprimoramento moral da sociedade, de um modo que não poderia ser alcançado automaticamente pelo mero funcionamento do mercado, quer seja pela percepção de deficiências e problemas engendrados pelo próprio funcionamento da ordem social, quer seja pelo fato de que as concepções éticas de Smith estariam mais próximas de uma visão clássica do que de valores liberais.²⁴

Por sua vez, o quarto *approach* se diferencia dos demais por dar destaque à presença de algumas ambigüidades no pensamento de Smith, enfatizando as passagens de sua obra que denunciam a corrupção moral das sociedades comerciais. West (1996), por exemplo, argumenta em torno da dificuldade de conciliar o tratamento dado por Smith à divisão do trabalho, que ora se faz do ponto de vista liberal de quem argumenta

²² Evensky fala de uma viragem em direção ao “humanismo cívico”. O conceito, usualmente associado à tese de Hans Baron (1966), é aí empregado em sentido mais amplo, referindo-se à tradição que, tendo se iniciado entre os humanistas florentinos, teria chegado à Escócia por meio de autores como Harrington ou Bolingbroke, e que visaria promover a cidadania como uma virtude ativa baseada numa disposição moral para a busca do bem público, identificado com a associação política, a *polis* ou a república.

²³ Pocock, que inspira estas leituras, já havia argumentado sobre a impossibilidade de divisar nos autores do século XVIII uma visão da política e da economia como pólos independentes e opostos. “*I want to argue it was an unending and unfinished debate. The main historical weakness in the antiliberal tradition is that all its practitioners, right and left, are so anxious to find, that they antedate and exaggerate, some moment at which economy became emancipated from polity and market man, productive man, or distributive man declared that he no longer needed the paidea of politics to make him a self-satisfactory being. I cannot find such a moment (not even a Mandevillean moment) in the eighteenth century, because the dialogue between polity and economy remained a dialogue...*” (Pocock, 1985: 70).

²⁴ É nesse sentido que alguns dos autores que defendem a idéia de uma continuidade entre a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações* empregam o argumento de que, para Smith, a tarefa do legislador seria promover as virtudes do “humanismo cívico”.

a favor das vantagens econômicas decorrentes dessa divisão, ora consiste em acusar, de um ponto de vista republicano, as mutilações mentais e a degradação moral decorrentes da especialização dos trabalhadores. Outros intérpretes preferem ver nesse tipo de flutuação teórica sinais de uma “tensão produtiva”, ao invés de uma debilidade da argumentação.

Finalmente, para sermos rigorosos, deveríamos falar ainda em uma quinta vertente interpretativa contemporânea representada por aquela perspectiva que continua majoritária entre os historiadores do pensamento econômico e que trata as análises econômicas de Smith independentemente de suas concepções filosóficas. Para estes intérpretes, a consideração dos textos não-econômicos de Smith seria irrelevante para compreensão de sua teoria econômica. Exemplos desta abordagem são os trabalhos de Blaug (1985) e Hollander (1973).

Por outro lado, se as quatro primeiras abordagens mencionadas anteriormente divergem ao caracterizar as relações entre ética e economia no pensamento de Smith, este conjunto de trabalhos que constitui a nova “safra” de interpretações tem em como traço distintivo o esforço consciente de entender sua obra a partir do contexto intelectual de onde ela emergiu. Mais do que insistir nas rupturas com o pensamento mercantilista, o reconhecimento da amplitude dos interesses teóricos de Smith tem levado os novos intérpretes a frisarem a necessidade de situá-lo no contexto mais amplo do iluminismo escocês e dos debates que marcaram a trajetória do pensamento político e moral do século XVIII, com seus antecedentes do Renascimento ao século XVII. Deste modo,

“Crucially important for Smith scholars are the reverberations of debates concerning the ideological origins of liberalism in the two contending vocabularies of natural jurisprudence and civic humanism in eighteenth-century writing in England and Scotland. Within this debate, the jurisprudential language of ‘rights’ is seen as untranslatable into the civic humanist language of ‘virtue’ and although this has tended towards a simple dichotomising of the issues, the recognition of the contemporaneous presence of these two paradigmatic vocabularies in eighteenth-century discourse has prompted a more sensitive exploration of the positioning of these alternative vocabularies in Smith’s texts.” (Brown, 1994: 2)

Em resumo, o Adam Smith que vem emergindo dessa tentativa de reconstituição do contexto de produção e recepção de sua obra é certamente distinto da figura rotineiramente imaginada pelos economistas. Ao invés de seguir tratando-o como mais um estudioso dos mecanismos de alocação de recursos através da fixação de preços relativos, trata-se de entendê-lo como um pensador preocupado em refletir sobre as maneiras como o auto-interesse e a sociabilidade podem combinar-se para tornar a sociedade comercial mais próspera e virtuosa (Tribe, 1999: 627).

Desdobramentos

É fácil ver que esta mudança na recepção contemporânea da obra de Smith nos deixa diante de – pelo menos – duas tarefas.

A primeira, consiste em retomar a investigação sobre sua filosofia moral – e, em particular, de sua concepção sobre a liberdade e a justiça – discernindo o que há de específico nela em relação à reflexão de outros filósofos modernos. Ainda que a *Teoria dos sentimentos morais* possa ser colocada entre os grandes tratados de ética, a análise de sua estrutura e de seu argumento está longe de ter sido plenamente desenvolvida e, tomando de empréstimo as palavras de um autor contemporâneo, “*it is perplexing that Adam Smith’s ethics should be so relatively unread as compared with Hume’s ethics when there is so much of value in Smith.*” (Harman citado em Griswold Jr., 1999: 9).

Recentemente, houve algum esforço de comparação entre os princípios morais de Smith e os de autores como Hume (Haakonssen, 1981), Kant (Tugendhat, 1997; Fleischacker, 1991) e Aristóteles (Berns, 1994). De todo modo, resta muito ainda a fazer seja no que diz respeito a sua relação com os autores já mencionados, seja no que tange a sua relação com a filosofia moral de Hutcheson (e de outras figuras do iluminismo escocês), de Rousseau ou de Hegel, para citar apenas alguns autores que nos parecem mais promissores (Griswold Jr., 1999: 25).

Em segundo lugar, a nova literatura sobre o pensamento de Smith deve nos levar a reinterrogar a verdadeira natureza de sua economia política e o modo como foi possível operar e justificar a separação dessa disciplina do interior da filosofia moral, tendo em vista que a *Riqueza das nações* e a *Teoria dos sentimentos morais* têm, cada uma delas, uma “unidade orgânica”, mas formam juntas um “todo coerente” (Griswold Jr., 1999: 29-30). Se nestas obras a liberdade de perseguir os interesses próprios que é característica das sociedades comerciais está vinculada a uma ordem moral que liga cada indivíduo à sociedade, a consideração destes pressupostos morais deveria nos levar a uma revisão da compreensão tradicional dos objetivos, da natureza e dos limites da teoria econômica de Smith (Cerqueira, 2000).

Neste sentido, parece-nos razoavelmente claro que esta tarefa não pode ser levada a termo com os recursos e no interior da própria ciência econômica, pois exige uma reflexão de cunho filosófico, que transcenda a natureza instrumental do interesse que guia a atividade científica. Trata-se de uma reflexão que, ao invés de se ocupar com a *análise* de fenômenos econômicos, lidará com a *fundamentação* dos pressupostos que orientam esta análise, tarefa que abre um amplo espaço para uma proveitosa cooperação entre estudiosos da filosofia e da economia.

Mas, para além do interesse que a compreensão do pensamento de Smith tem em si mesma, esta investigação parece ser um *pré-requisito* para entender o modo como a transmissão de sua obra aos leitores do século XIX transformou-a no cânone da economia moderna e, nesse sentido, num texto que oferece justificativas e fundamentação para práticas intelectuais e políticas de nosso tempo. Esse ponto ganha importância se lembrarmos que, a partir dos anos 80, a imagem de Smith como o pai do liberalismo econômico foi reforçada pela ascensão do pensamento neoliberal e o engajamento das economias ocidentais em uma nova onda de desregulamentação e privatizações que, se já não conserva o mesmo vigor de alguns anos atrás, ainda parece não ter se esgotado.

“Indeed, much of the crusading zeal shown by the governments of the 1980s on both sides of the Atlantic in economic and social policy was justified in the name of Adam Smith, whether through public claims by politicians such as Margaret Thatcher to have

taken the Wealth of Nations as their inspiration, or through the emergence of bodies such as the Adam Smith Institute (founded in 1977) as influential centres for the promulgation of free-market doctrines.” (Copley, 1995: 2).

Neste sentido, a reconstrução dos argumentos de Smith, de sua linguagem e contexto, tem contribuído para nos proporcionar um novo entendimento das relações entre a ética e economia, esforço que vem sendo reclamado por filósofos e economistas. Não é ocioso insistir sobre a atualidade dessa investigação e a relevância que pode ter para os dois campos. A obra de um autor contemporâneo como Amartya Sen oferece um testemunho inequívoco disso.²⁵ Desde os anos 1970, ele vem desenvolvendo uma crítica abrangente a um dos princípios mais fundamentais e duradouros da teoria econômica convencional: o pressuposto de que os agentes se orientam apenas pela busca do seu auto-interesse (Sen, 1997). Mais recentemente, ao proferir um conjunto de conferências na Universidade da Califórnia (Berkeley) em 1986, as críticas de Sen se desdobraram em duas direções: de um lado, em um questionamento da maneira “espetacularmente restrita” como os economistas representam as motivações humanas; de outro, numa crítica à compreensão convencional do pensamento econômico de Smith, que costuma atribuir a este autor aquela mesma visão parcial e limitada sobre as motivações morais dos atos econômicos.

No que diz respeito ao primeiro ponto, Sen afirma que “a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (Sen, 1999: 23). Ao mesmo tempo em que admite que a maneira de conceber os seres humanos e suas motivações que caracteriza a abordagem econômica convencional tenha produzido resultados teóricos relevantes, ele considera que a teoria econômica poderia tornar-se mais produtiva se considerasse os problemas associados às questões éticas que moldam o comportamento humano.

Em primeiro lugar, é possível criticar a teoria econômica por identificar todo comportamento humano real ao comportamento racional e, nesta medida, elimina *a priori* a possibilidade de que as limitações cognitivas dos seres humanos ou a ausência absoluta de informações sobre o ambiente determinem a existência de formas de comportamento não-rationais. Em segundo lugar, o modo como a teoria econômica concebe a racionalidade – seja como a consistência interna das escolhas, seja como maximização do auto-interesse – é extremamente restrito. No que diz respeito à primeira concepção, Sen objeta que a mera consistência das escolhas não pode ser tomada como condição suficiente de racionalidade, sem que se faça referência ao objetivo que se busca alcançar: “Se uma pessoa fizesse exatamente o oposto daquilo que a ajudaria a obter o que ela deseja (...) essa pessoa não poderia ser considerada racional, mesmo se essa consistência obstinada inspirasse algum tipo de admiração pasma no observador” (1999: 29). Quanto a segunda maneira de definir a racionalidade, ela difere da primeira por se apoiar na relação entre o que a pessoa faz e seu interesse pessoal e, deste modo, escapa à objeção feita anteriormente. Porém, se podemos considerar a busca do auto-interesse uma atitude racional (entre outras), não há razão para definir a racionalidade em termos tão exclusivos a ponto de excluir deste conceito todo um leque

²⁵ Para uma análise minuciosa da relação entre o pensamento de Amartya Sen e a obra de Smith ver Walsh (2000).

de ações orientadas por valores éticos, ao invés do mero interesse pessoal: “Considerar qualquer afastamento da maximização do auto-interesse uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na real tomada de decisão” (Sen, 1999: 31).

Com efeito, o suposto implícito nesta posição – e tradicionalmente adotado pelos economistas – é o de que o comportamento econômico *real* consiste efetivamente em atos orientados apenas pela busca do interesse pessoal. Assume-se, neste sentido, que o conceito de racionalidade como maximização do auto-interesse é uma boa descrição do que as pessoas efetivamente fazem, ao menos quando lidam com questões econômicas.²⁶ Em contrapartida, Sen argumenta que o apoio empírico a esta presunção é escasso e que estudos recentes vêm apontando o peso que a presença de diferentes sistemas de valores nacionais tem no desempenho econômico relativo das sociedades (1995; 2000: 283-319).

O que importa salientar agora – com o que retomamos o segundo aspecto da elaboração de Sen ao qual fizemos menção acima – é que geralmente se atribui a Adam Smith a idéia de que as escolhas individuais são orientadas apenas pela busca do auto-interesse, bem como a idéia de que estas escolhas tendem a produzir resultados que são mais eficientes seja em termos técnicos, seja em relação ao bem-estar da sociedade. Associando-se à nova geração dos intérpretes de Smith, Sen afirma existirem poucos indícios de que ele realmente pensasse assim e julga que um retorno a sua obra se justifica diante do desafio de repensar a teoria econômica “porque Smith foi figura de máxima importância na origem da economia e *também* porque o tratamento que ele deu ao tema é verdadeiramente esclarecedor e útil” (Sen, 1999: 37-8).

Nas raízes desta visão convencional (e enganosa) sobre o pensamento de Smith é possível apontar a presença de pelo menos dois equívocos. O primeiro consiste em tomar as referências de Smith à *prudência* como se fossem equivalentes ao conceito contemporâneo de *auto-interesse*. Na verdade, o auto-interesse pode ser associado com mais precisão ao que Smith denominava de *amor próprio* (*self-love*). Quanto à prudência, ele a concebia como o resultado combinado da razão humana – que nos habilita a discernir as conseqüências remotas de nossas ações – e do autodomínio (*self-command*) – conceito tomado de empréstimo aos estóicos – e a considerava uma virtude moderadora da influência exercida pelo amor próprio (Smith, 1982a: 189-190; Sen, 1999: 38).²⁷ Quanto ao segundo equívoco, consiste no esquecimento de tudo aquilo que Smith afirmou sobre o princípio da *simpatia* e sobre as virtudes da generosidade, justiça, espírito público, humanidade etc.. Neste sentido, a visão convencional sobre Smith decorre de uma leitura parcial e seletiva de sua obra, focada exclusivamente nos contextos específicos em que se enfatiza o papel do amor próprio ou auto-interesse na

²⁶ Recentemente este suposto também tem sido aplicado a comportamentos não-econômicos, tais como a escolha conjugal ou do número de filhos, ou ainda a escolha entre realizar ou não um ato criminoso.

²⁷ Neste sentido, a prudência não pode ser igualada a busca de objetivos imediatos ou atuais (que é o sentido normalmente atribuído às escolhas com base no auto-interesse). O verdadeiro auto-interesse demanda a consideração das nossas necessidades futuras na medida em que forem previsíveis. Sobre este ponto do argumento de Sen, ver o artigo de Walsh (2000: 10-11).

sociabilidade (Sen, 1999: 39-40).²⁸

Que esta visão equivocada tenha prevalecido por tanto tempo entre economistas e historiadores do pensamento econômico é algo que não deveria causar surpresa, pois é um resultado previsível do enfoque anti-histórico que orienta sua maneira de ler e abordar as obras do passado.²⁹ Mais do que isto, é também um testemunho da perspectiva limitada que caracteriza a economia contemporânea:

“O apoio que os crentes e defensores do comportamento auto-interessado buscaram em Adam Smith é na verdade difícil de encontrar quando se faz uma leitura mais ampla e menos tendenciosa da obra smithiana. Na verdade, o professor de filosofia moral e economista pioneiro não teve uma vida de impressionante esquizofrenia. De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. Esse empobrecimento relaciona-se de perto com o distanciamento entre economia e ética” (Sen, 1999: 44).

Neste caso, não há exagero em afirmar que as novas tentativas de abordar a obra de Smith a partir de uma perspectiva abrangente representam um passo importante no sentido de superar o abismo criado entre as duas disciplinas.

²⁸ Destes contextos, o mais citado é a passagem em que Smith (1981: 27) explica a troca de mercadorias a partir do auto-interesse: “*It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the Baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love...*”. Mas é fácil mostrar que, mesmo levando em conta estas passagens, Smith jamais considerou que o auto-interesse fosse suficiente para assegurar a existência da economia ou para permitir o bom funcionamento da sociedade (cf. Sen, 1995: 25).

²⁹ Ver a seção sobre Protocolos de leitura (acima).

Referências bibliográficas

- BARON, Hans. 1966. *The crisis of early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press.
- BERNS, Laurence. 1994. Aristotle and Adam Smith on justice: cooperation between ancients and moderns? *Review of metaphysics*, v. 48: 71-90.
- BLACK, R. D. Collison. 1976. Smith's contribution in historical perspective. In: WILSON, Thomas; SKINNER, Andrew (ed.). *The market and the state: essays in honour of Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press.
- BLAUG, Mark. 1985 [1962]. *Economic theory in retrospect*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BLAUG, Mark. 2001. No history of ideas, please, we're economists. *Journal of economic perspectives*, v. 15(1): 145-164.
- BONAR, James. 1966 [1932]. *A catalogue of the library of Adam Smith*. 2nd edition, New York: Augustus M. Kelley.
- BROWN, Vivienne. 1997. 'Mere inventions of the imagination': a survey of recent literature on Adam Smith. *Economics and philosophy*, v. 13(2): 281-312.
- BROWN, Vivienne. 1994. *Adam Smith's discourse: canonicity, commerce and conscience*. London: Routledge.
- CAMPBELL, Roy e SKINNER, Andrew. 1981 [1979]. Introduction. In: SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Eds. R. H. Campbell e A. Skinner. Indianapolis: Liberty Fund, pp. 1-60.
- CERQUEIRA, Hugo. 2002. Trabalho e política: Locke e o discurso econômico. *Revista de economia política*, v.22(1): 150-169.
- CERQUEIRA, Hugo. 2000. Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. In: XXVIII Encontro Nacional de Economia, 2000, Campinas. *Anais...* Campinas: Anpec.
- COATS, A. W.. 1984 [1979]. Beyond Adam Smith's economics. In: WOOD, John C. (ed.). *Adam Smith: critical assessments*. Vol. 4, London e New York: Routledge.
- COPLEY, Stephen. 1995. Introduction: reading the Wealth of Nations. In: COPLEY, Stephen e SUTHERLAND, Kathryn (eds.). *Adam Smith's Wealth of Nations: new interdisciplinary essays*. Manchester: Manchester University Press.
- CROPSEY, Joseph. 1957. *Polity and economy: an interpretation of the principles of Adam Smith*. Martinus Nijhoff.
- EVENSKY, Jerry. 1987. The two voices of Adam Smith: moral philosopher and social critic, *History of political economy*, v. 19(3): 447-68.
- EVENSKY, Jerry. 1989. The evolution of Adam Smith's views on political economy, *History of political economy*, v. 21(1): 123-45.
- EVENSKY, Jerry. 1992. Ethics and the classical liberal tradition, *History of political economy*, v. 24 (1): 61-77.
- EVENSKY, Jerry. 1993. Ethics and the invisible hand, *Journal of economic perspectives*, v. 7(2): 197-205.

- FLEISCHACKER, Samuel. 1991. Philosophy in moral practice: Kant and Adam Smith. *Kant Studien*, v. 82: 249-69.
- GRISWOLD JR., Charles. 1999. *Adam Smith and the virtues of enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAAKONSSSEN, Knud. 1981. *The science of a legislator: the natural jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAAKONSSSEN, Knud. 1996. *Natural law and moral philosophy: from Grotius to the Scottish enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEILBRONER, Robert. 1982. The socialization of the individual in Adam Smith. *History of political economy*, v. 14(3): 427-39.
- HOLLANDER, Samuel. 1973. *The economics of Adam Smith*. Toronto: University of Toronto Press.
- MEEK, Ronald. 1973. *Studies in the labour theory of value*. London: Lawrence and Wishart.
- MILL, John Stuart. 1983 [1848]. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social*. Trad. port., São Paulo: Abril Cultural.
- MINOWITZ, Peter. 1993. *Profits, priests and princes: Adam's Smith's emancipation of economics from politics and religion*. Stanford: Stanford University Press.
- MYINT, Hla. 1946. The classical view of the economic problem. *Economica*, New Series, v. 13: 119-130.
- MOOS, S.. 1984 [1951]. Is Adam Smith out of date?. In: WOOD, John C. (ed.). *Adam Smith: critical assessments*. Vol. 3, London e New York: Routledge.
- MULLER, Jerry Z.. 1995 [1993]. *Adam Smith in his time and ours: designing the decent society*, Princeton: Princeton Univ. Press.
- NEGISHI, Takashi. 1989. *History of economic theory*. North-Holland.
- O' BRIEN, D. P. 1984 [1976]. The longevity of Adam Smith's vision: paradigms, research programmes and falsifiability in the history of economic thought. In: WOOD, John C. (ed.). *Adam Smith: critical assessments*. Vol. 3, London e New York: Routledge.
- POCOCK, J.. 1985 [1980]. Authority and property: the question of liberal origins. In: _____ . *Virtue, commerce and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- POCOCK, J.. 1985b. Introduction: the state of the art. In: _____ . *Virtue, commerce and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAPHAEL, D. D. e MACFIE, A. L.. 1982 [1979]. Introduction. In: SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Eds. D. D. Raphael e A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, pp. 1-52.
- RAYNOR, David. 1984. Hume's abstract of Adam Smith's Theory of moral sentiments. *Journal of the history of philosophy*, v. 22(1): 51-79.
- RECKTENWALD, Horst Claus. 1984 [1978]. An Adam Smith renaissance *anno* 1976? The bicentenary output – a reappraisal of his scholarship. In: WOOD, John C. (ed.). *Adam Smith: critical assessments*. Vol. 4, London e New York: Routledge.

- REEDER, John. 1997. Introduction. In: _____ (org.). *On moral sentiments: contemporary responses to Adam Smith*. Bristol: Thoemmes Press, pp. vii-xxi.
- RICARDO, David. 1982 [1817]. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. port., São Paulo: Abril Cultural.
- ROSENBERG, Nathan. 1990. Adam Smith and the stock of moral capital. *History of political economy*, v. 22(1): 1-17.
- ROSS, Ian S.. 1995. *The life of Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press.
- SAMUELSON, Paul. 1977. A modern theorist's vindication of Adam Smith. *American economic review*, v. 67: 42-9.
- SAMUELSON, Paul. 1978. The canonical classical model of political economy. *Journal of economic literature*, v. 16: 1415-34.
- SAY, Jean-Baptiste. 1983 [1803]. *Tratado de economia política*. Trad. port. São Paulo: Abril Cultural.
- SEN, Amartya. 1995. Moral codes and economic success. In: BRITTAN, Samuel; HAMLIN, Alan. *Market capitalism and moral values*. Aldershot: Edward Elgar, pp. 23-34.
- SEN, Amartya. 1997 [1977]. Rational fools: a critique of the behavioural foundations of economic theory. In: _____. *Choice, welfare and measurement*. Boston, MA: Harvard University Press, pp. 84-106.
- SEN, Amartya. 1999 [1987]. *Sobre ética e economia*. Trad. port., São Paulo: Companhia das Letras.
- SEN, Amartya. 2000 [1999]. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. port., São Paulo: Companhia das Letras.
- SKINNER, Andrew. 1996. Early Writings: Science and the Role of Imagination. In: _____. *A System of Social Science*. Oxford: Clarendon Press, pp. 25-47.
- SMITH, Adam. 1981 [1776]. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume II de "The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith", Oxford: Oxford Univ. Press, 1979].
- SMITH, Adam. 1982a [1759]. *The theory of moral sentiments*. Eds. D. D. Raphael e A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume I de "The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith", Oxford: Oxford Univ. Press, 1979].
- SMITH, Adam. 1982b [1795]. *Essays on philosophical subjects*. Ed. W. P. D. Wightman. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume III de "The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith", Oxford: Oxford Univ. Press, 1980].
- SMITH, Adam. 1985 [1963]. *Lectures on rhetoric and belles lettres*. Ed. J. C. Bryce. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume IV de "The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith", Oxford: Oxford Univ. Press, 1983].
- SMITH, Adam. 1982. *Lectures on jurisprudence*. Ed. R. L. Meek, D. D. Raphael e P. G. Stein. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume V de "The

- Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1978].
- SMITH, Adam. 1987. *Correspondence of Adam Smith*. Eds. E. C. Mossner e I. S. Ross. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume VI de “The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1987].
- TOLIPAN, Ricardo. 1990. *A ironia na história do pensamento econômico*, Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- TRIBE, Keith. 1999. Adam Smith: critical theorist? *Journal of economic literature*, v. 37(2): 609-32.
- TUGENDHAT, Ernst. 1997 [1993] *Lições sobre ética*. Trad. port., Petrópolis: Vozes.
- TULLY, James. 1980. *A Discourse on property: John Locke and his adversaries*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- TULLY, James (ed.). 1988. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press.
- YANAIHARA, Tadao. 1966 [1951]. *A full and detailed catalogue of books which belonged to Adam Smith*. New York: Augustus M. Kelley.
- WALSH, Vivian. 2000. Smith after Sen, *Review of political economy*, v. 12 (1): 5-25.
- WEST, Edwin. 1996. Adam Smith on the cultural effects of specialization: splenetics versus economics. *History of political economy*, v. 28: 81-105.
- WIGHT, Jonathan B.. 2002. The rise of Adam Smith: articles and citations, 1970-1997. *History of political economy*, v. 34(1): 55-82.
- WIGHTMAN, W.. 1982 [1980]. Introduction. In: SMITH, Adam. *Essays on philosophical subjects*. Eds. W. Wightman. Indianapolis: Liberty Fund, pp. 5-27.
- WINCH, Donald. 1978. *Adam Smith's politics: an essay in historiographic revision*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WINCH, Donald. 1983. Science and the legislator: Adam Smith and after. *Economic journal*, v. 93: 501-20.
- WINCH, Donald. 1996. *Riches and poverty: an intellectual history of political economy in Britain, 1750-1834*. Cambridge: Cambridge University Press.